

RELAÇÕES ENTRE ANTROPOLOGIA, FEMINISMOS E DIREITOS HUMANOS: EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ANTES DA CURRICULARIZAÇÃO

*RELATIONSHIPS BETWEEN ANTHROPOLOGY,
FEMINISM AND HUMAN RIGHTS: EXPERIENCES
OF COMMUNITY EXTENSION BEFORE ITS
MANDATORY CURRICULUM IN BRAZILIAN
UNIVERSITIES*

Rozeli Maria Porto¹

Francisco Cleiton Vieira¹

Mareli Eliane Graupe²

Marcelo José Oliveira³

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

²Universidade do Planalto Catarinense, Lages, Santa Catarina, Brasil

³Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre diferentes práticas extensionistas realizadas em três universidades brasileiras: UNIPLAC, UFRN e UFV-MG, anteriores à obrigatoriedade da curricularização da extensão. Buscamos demonstrar como as ações de extensão se constituem como elemento essencial para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa no contexto acadêmico. Baseamo-nos em pesquisas qualitativas, de cunho etnográfico, e descrevemos quatro práticas extensionistas que partem de nossa experiência: 1) afirmação de identidades étnicas; 2) reflexões em torno das violências de gênero em escolas de educação básica; 3) a integração entre ensino, serviço e comunidade em saúde e 4) direitos reprodutivos e das mulheres. Tais ações contribuem para a reflexividade a partir da agência dos/das sujeitos/as no que se refere ao exercício da cidadania. Essa extensão, de acordo com a concepção “niguiana”, promove a interdisciplinaridade, o rigor científico, o diálogo entre os conhecimentos produzidos na academia e nas comunidades, em uma perspectiva interseccional, valorizando os diferentes saberes, afetos, feminismos e os direitos humanos fundamentais.

Palavras-chave: extensão; direitos humanos; cidadania; curricularização; feminismos.

ABSTRACT

This article aims to reflect on different extension practices carried out in three Brazilian universities: UNIPLAC, UFRN and UFV-MG, prior to the mandatory formal community extension curriculum. We seek to demonstrate how community



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.

extension programs constitute an essential element for the development of teaching and research in the academic context. We are based on qualitative community-based research, of an ethnographic nature, and describe four extensionist practices that are based on our experience: 1) affirmation of ethnic identities; 2) reflections on gender-based violence in basic education schools; 3) the integration between teaching-service-community in health and 4) reproductive and women's rights. Such actions contribute to reflexivity based on the agency of the subjects with regard to the exercise of citizenship. This community extension, according to the “Niguan” conception, promotes interdisciplinarity, scientific rigor, dialogue between knowledge produced in academia and communities, in an intersectional perspective, valuing different knowledge, affections, feminisms and fundamental human rights.

Keywords: community extension programs; human rights; citizenship; curriculum; feminisms.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre diferentes prácticas de extensión realizadas en tres universidades brasileñas: UNIPLAC, UFRN y UFV-MG, antes de la curricularización de extensión obligatoria. Buscamos demostrar cómo las acciones de extensión constituyen un elemento esencial para el desarrollo de la docencia y la investigación en el contexto académico. Nos basamos en una investigación cualitativa, de carácter etnográfico, y describimos cuatro prácticas extensionistas que se basan en nuestra experiencia: 1) afirmación de identidades étnicas; 2) reflexiones sobre la violencia de género en las escuelas de educación básica; 3) la integración enseñanza-servicio-comunidad en salud y 4) derechos reproductivos y de las mujeres. Tales acciones contribuyen a una reflexividad basada en la agencia de los sujetos respecto del ejercicio de la ciudadanía. Esta extensión, según la concepción “niguan”, promueve la interdisciplinaria, el rigor científico, el diálogo entre los conocimientos producidos en la academia y las comunidades, en una perspectiva interseccional, valorando diferentes saberes, afectos, feminismos y derechos humanos fundamentales.

Palavras-chave: extensão; direitos humanos; cidadania; curricularização; feminismos.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária no Brasil passou de um lugar acessório ao longo de todo o século XX a destaque na vida acadêmica neste século XXI. Nesse percurso histórico, a sua definição e o seu modo de fazer perpassam uma variedade conceitual que é alimentada por divergências teóricas, sociais e políticas. De uma visão como forma de levar serviços aos setores sociais que não estão em contato direto com a universidade, a extensão passou a ser entendida como uma relação que deve transformar tanto a comunidade universitária como tais setores sociais em uma mutualidade de aprendizados (Brasil, 2018). Atualmente, com publicação e a entrada em vigor da política de curricularização da atividade extensionista, que demanda dos cursos de graduação a sua inclusão em, no mínimo, 10% de

carga horária total (Brasil, 2018), novos agentes sociais têm se interessado em dar conta de como estabelecer diálogos e relações extramuros.

A extensão, contudo, não tem sido realizada na mesma proporção em todas as áreas do conhecimento quando consideramos a emergência e a consolidação de diferentes ciências. No caso da antropologia brasileira, a centralidade de grupos sub-representados e vulnerabilizados como focos de pesquisa empírica colocou, desde sempre, de uma maneira ou de outra, os impactos e as contribuições da universidade diante da sociedade abrangente nos meandros da reflexão e atividade da disciplina. Havia, ainda, no centro desse engajamento, uma certa preocupação em resolver “problemas nacionais” (Feldman-Bianco, 2013), muito embora se possa argumentar que nem sempre era extensão propriamente dita que se fazia. Contudo, as problemáticas da colonização interna e étnico-raciais, tendo em maior evidência a população negra e indígena, colocaram à disciplina brasileira reflexões em torno dos direitos humanos e da aprendizagem mútua. No cenário mais recente da redemocratização da atual República, a antropologia tem se dedicado particularmente a diferentes agendas de direitos humanos e à extensão, em sentido lato, que possa ser feita entre comunidade e universidade.

A rede de pesquisadoras e pesquisadores que se formou a partir do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) se dedicou a articular a extensão universitária como uma de suas atividades, produzindo uma formação ampliada de gerações de estudantes imbricados com a comunidade (Bonetti, 2022) desde sua formação em 1991. Em muitos sentidos, essa atuação antecipou as cobranças atuais em torno da curricularização da atividade extensionista, e, por outro lado, contribuiu para criá-la. Algo que começou no ano de sua fundação com um evento público no cinema do SESC, localizado no centro de Florianópolis (Grossi, 2022, p. 21), denominado “Sexo, mentiras e vídeo-tapes” que versava sobre gênero e sexualidades.

Essa rede acadêmica tem procurado se caracterizar pela coletividade, intersecção de marcadores sociais e afetos que possam culminar em ações comprometidas com as demandas próprias de uma realidade social, cultural, política – em muitos sentidos, feminista e interdisciplinar – das pessoas que participam e fazem parte dessas atividades. Isso resulta na realização de oficinas, concursos, palestras, rodas de conversas e no desenvolvimento de projetos de extensão, a exemplo do projeto “Políticas e experiências de equidade, formação e inclusão: uma etnografia sobre práticas de gestão, ensino, orientação e extensão em universidades públicas brasileiras”, do qual se originam as discussões realizadas neste trabalho. Isso tem se dado tanto por demanda própria de setores e movimentos sociais como pelo contato com problemáticas e questões ao longo de pesquisas e de reflexões subjetivas, a partir de temas candentes no espaço público. Ao longo das décadas de articulação acadêmica, as práticas extensionistas buscaram se diversificar a partir da centralidade dos direitos humanos

para uma universidade comprometida com a democracia e com políticas públicas que atuem na diminuição das desigualdades.

Assim sendo, este artigo busca refletir, a partir de quatro experiências de extensão, sobre o modo NIGS de conceber esta relação de produção de conhecimento como o espírito que torna a universidade possível. Isto é, buscamos demonstrar como as ações de extensão são elementares para o ensino e a pesquisa no contexto acadêmico. Baseamo-nos em pesquisas qualitativas de cunho etnográfico.

O artigo está dividido em duas partes principais. A primeira se refere a uma reflexão sobre a dinâmica relativa aos saberes e às subjetividades em construção na extensão universitária. A segunda, por sua vez, subdivide-se em quatro seções, nas quais apresentamos experiências de atividades extensionistas que foram concebidas e desenvolvidas a partir da rede de pesquisadoras e pesquisadores integrantes do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades. Tais práticas se deram no âmbito das seguintes questões: 1) afirmação de identidades étnicas; 2) reflexões em torno das violências de gênero em escolas de educação básica; 3) a integração entre ensino, serviço e comunidade em saúde e 4) direitos reprodutivos e das mulheres. Tais ações contribuem para a reflexividade a partir da agência de pessoas no que se refere à construção da cidadania. Por último, o texto busca indicar uma síntese acerca da necessidade de analisarmos a experiência da extensão anterior à obrigatoriedade da sua curricularização da extensão na matriz curricular dos cursos de graduação no país.

PESSOAS EXTENSIONISTAS E SABERES LOCALIZADOS

Durante um dos encontros da Rede NIGS em Florianópolis, a antropóloga Gicele Sucupira (UFRO), em meio a uma tempestade de ideias, sugeriu que somos “pessoas extensionistas” ou “seres extensos”. Sua reflexão acabou por transcender nossos pensamentos, gerando um auspicioso e propício resgate de memórias e trabalhos extensionistas que realizamos ao longo dos anos. Para além de nossa formação acadêmica, também lembramos, durante o encontro, que somos seres posicionados e com saberes localizados (Haraway, 1995) e nos identificamos como pessoas feministas engajadas (Bonetti, 2022) no intercruzamento entre pesquisa, ensino, extensão e gestão, considerando que muitas e muitos de nós atuamos na gestão de projetos, cursos e programas em nossas instituições.

A partir dessa memória, as equipes participantes formadas durante o *workshop* refletiram sobre a produção de significados relativos ao que estamos chamando de “conceito de extensão niguiana”. Vale lembrar que as acadêmicas e os acadêmicos participantes desse *workshop* foram agrupados por meio de uma dinâmica sugerida por Miriam Grossi,

coordenadora da pesquisa (UFSC) e por Felipe Fernandes (UFBA) para discutirmos sobre as atividades de extensão realizadas pela Rede NIGS.

A equipe nominada Sorumartxe, composta pelas autoras e pelos autores deste artigo, resgatou as atividades que mais se destacaram em seus trabalhos extramuros de maneira individual, elencando atividades que podem ser reunidas no cenário dos seguintes temas: a) experiência junto a comunidades tradicionais e quilombolas para valorização e afirmação da identidade étnica como mote de intervenção e produção de conhecimento para subsidiar políticas públicas; b) oficinas e palestras para estudantes e professoras/es em escolas de educação básica; c) integração de serviço, ensino e comunidade para a compreensão da Atenção Básica do SUS por meio do ensino de categorias antropológicas em conjunto com a ideia de cidadania; d) contribuição da pesquisa antropológica feminista em audiências públicas para o fomento de políticas no campo dos direitos reprodutivos e das mulheres. Isso nos fez perceber que a preocupação com políticas públicas salutareis para o país era uma constante que nos unia. A pesquisa que antecedeu e paralelizava-se a tais ações extensionistas alimentava e se produzia a partir da garantia dos direitos humanos e da produção de conhecimentos necessários à democratização, e, portanto, à cidadania. Oficinas, palestras, aulas em comunidades, participação em audiências públicas e pesquisas para subsidiar ações governamentais foram as atividades por meio das quais essa extensão se materializou no nosso cotidiano acadêmico.

Embora com diferentes nuances, percebemos que nossas ações de extensão e saberes localizados se inter cruzam, geram sentidos, afetam e capilarizam o ensino e a pesquisa de forma interdisciplinar, interseccional (Vigoya, 2016) e subjetiva (Schwade; Grossi, 2018). Todas e todos nós trabalhamos com pessoas vulnerabilizadas e/ou pouco assistidas em seus direitos humanos e fundamentais (Luna; Porto, 2023). Percebemos, ainda, que temos buscado articular e colaborar com ações que subsidiam o aprimoramento e a desburocratização de políticas públicas, na tentativa de assegurar o acesso e o agenciamento desses sujeitos e sujeitas à cidadania, e, portanto, colocamo-nos como agentes implicados que geram reflexões práticas (Vieira; Barros, 2018).

Criamos com essa rede um modo comum e particular de “extensionar direitos” a partir de distintos “encontros etnográficos” (Schwade; Grossi, 2018) na relação própria de engajamento e cumplicidade que construímos com participantes das ações, principalmente porque geramos mutuamente afetações subjetivas. Um jeito encarnado de ser feminista e extensionista, de realizar pesquisa e de ser cientista e docente que se dá em espaços eminentemente coletivos em uma pluralidade de identificações (Mouffe, 1999) e de “mobilizações dos afetos” (Bonetti, 2022, p. 287).

Neste centro produtor da antropologia feminista brasileira (Bonetti, 2022), encontra-se o pioneirismo da articulação sobre o trabalho de extensão e subjetividades, parafraseando Schwade e Grossi (2018) que nos

inspira a falar sobre aquilo que nos transforma em pessoas (feministas) extensas a partir do modo NIGS de conceber experiências subjetivas nesta relação de conhecimento indispensável à universidade. Essa concepção “niguiana” de extensão, portanto, promove a interdisciplinaridade, o rigor científico, o diálogo entre os conhecimentos produzidos entre a academia e a sociedade de forma geral, em uma perspectiva interseccional, valorizando os diferentes saberes, afetos/subjetividades, feminismos e direitos humanos fundamentais. Será a partir dessa concepção que abordaremos a seguir algumas experiências acadêmicas e feministas de extensão.

QUILOMBO, DIVERSIDADE E MEMÓRIA

Algumas dessas ações se deram em torno da memória social, a partir da experiência de extensão junto a comunidades tradicionais e quilombolas. Uma localizada na Zona da Mata Mineira, no distrito de Airões, no município de Paula Cândido (MG), denominada Associação Quilombola do Córrego do Meio, e a outra localizada no município de Jequitinhonha, no Baixo Jequitinhonha (MG), denominada Associação Quilombola de Mumbuca. Ponderamos aqui sobre a importância da memória social na afirmação e valorização da identidade étnica, e de que forma nossa prática extensionista pode contribuir com as ações relacionadas às políticas públicas para preservação dos direitos dos segmentos acima mencionados. Nessa experiência, um dos aspectos centrais observado em campo foi o protagonismo das mulheres quilombolas na produção de saberes que organizam a comunidade na direção do patrimônio imaterial que legitima suas reivindicações frente ao poder público.

Nossa meta foi compreender o processo cotidiano de construção social do conhecimento quilombola a partir de práticas tradicionais que integram o que denominamos de memória social, delimitada como patrimônio cultural imaterial. Em foco estavam as performances em torno dos mitos e ritos relacionados às festividades de Nossa Senhora do Rosário, ou seja, do Congado na Zona da Mata e do Batuque no Baixo Jequitinhonha. Trata-se de um sistema ritual representado em atos, como peças, compondo dramaturgia que encena tempos coloniais. As performances reproduzem valores religiosos, católicos e políticos na representação encenada da corte e da realeza portuguesa, como é bem-marcado na celebração do Congado, justamente os poderes que subjugaram seus ancestrais, escravizando-os. Ao mesmo tempo, essas manifestações se prestam também como forma de resistência, do poder dos brancos tomado pelos negros e negras, pois estes encarnam os papéis de rei e rainha na encenação (Oliveira; Oliveira, 2017, 2018).

Em nossas entrevistas e observações de campo, notamos que boa parte das narrativas eram de falas sobre “trabalho duro” pela sobrevivência, de resistência ao preconceito racial/social e, por outro lado, de reconhecimento de suas conquistas em lograr uma vida digna na fé, na vida familiar e no

cultivo da terra como trabalho de subsistência. Com o consentimento das e dos quilombolas, envolvemo-nos com a escuta e o registro audiovisual dessas narrativas em contexto, acompanhando parte de suas andanças nas regiões dos quilombos, gravando entrevistas, celebrações e ritos que consideravam importantes. Gravamos o festejar e o dançar do congado e do batuque os quais celebravam Nossa Senhora do Rosário. Atentamos aos conteúdos e modos de contar suas histórias, de maneira que pudessemos nos aproximar do imaginário que marca um contexto étnico. Como compromisso de pesquisa e extensão em termos de resultados, propusemo-nos a produzir dois vídeos, em formato de documentário, que pudessem agregar ao registro e à preservação dessa memória e que pudessem ser utilizados como documento em qualquer processo formal e legal na reivindicação de seus direitos ou como material pedagógico nas escolas locais. Os vídeos produzidos, intitulados “Soldados de Maria” (2020) e “Mumbuca” (2022), foram disponibilizados em plataforma pública.

O Congado e o Batuque representam movimentos de resistência cultural e política. No caso, é importante nossa atenção ao que envolve o mito de Nossa Senhora do Rosário como um sistema de valores que propicia a formulação conceitual sincrética sobre determinados eventos, cosmologicamente representados, possibilitando a articulação do mito na reinterpretação dos fatos presentes. Como, por exemplo, na renovação da fé em “Maria”, assim muitas vezes mencionada, para vencer desafios que envolvem questões legais de conflitos de terras entre terra de quilombo e reserva biológica (o caso de Mumbuca), ou mesmo para pedir e alcançar graças, como a cura de doenças, saúde para uma mãe e sua criança que está prestes a nascer, ou oportunidades de trabalho etc., ou mesmo para pagar promessas (práticas comuns durante as celebrações do Congado).

Nos quilombos anteriormente mencionados, as mulheres atuam institucionalmente com participação na gestão das Associações, com as mais jovens assumindo cargos de presidência ou vice-presidência. Assim como as anciãs protagonizam como mulheres de fala de saber-poder, detendo o conhecimento ancestral sobre as histórias de origem e tradição, sobre os mitos e as observâncias rituais necessárias em cânticos e rezas, além do papel de consultoras e mediadoras de conflitos locais. Congado e Batuque representam resistência à hegemonia branca, na qual o povo africano traficado é historicamente explorado e submetido dramaticamente, da mão de obra escrava ao trabalho escravo em tempos modernos. A história das mulheres negras nessa saga não é a de coadjuvantes, mas a de personagens principais. Atuam junto às ações pela busca de seus direitos como povos quilombolas, pelo direito à sua cultura, tradição, território e na busca de sua dignidade cidadã. Foi no bojo da luta por esses ideais que debruçamos nosso trabalho engajado na pesquisa e extensão, participando de parte da vida dessas comunidades, pois suas vidas nos acometem, por nos tornarmos, na melhor das hipóteses, cúmplices. Nossa experiência nesse campo nos inclui nas temáticas de memória, gênero, educação e

cidadania, tendo a extensão universitária como espaço de desenvolvimento de ações para inclusão e empoderamento de segmentos afro-brasileiros.

GÊNERO, VIOLÊNCIAS E EDUCAÇÃO

Esta seção tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre as atividades de extensão e pesquisa realizadas pelo Grupo de Pesquisa “Gênero, Educação e Cidadania na América Latina - GECAL/UNIPAC”. Os projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos possuem como foco as temáticas de gênero, feminismos, sexualidades, saúde e violências de gênero. A realização articulada de atividades de extensão, ensino e pesquisa é um perfil das(os) pesquisadoras(es) niguanas(os), e essa forma engajada de produzir conhecimentos situados historicamente beneficia tanto a comunidade acadêmica como a comunidade em geral, considerando, nesse caso, especialmente as escolas públicas e os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

As atividades de extensão possuem como objetivo socializar o conhecimento acadêmico, os resultados de pesquisas para “fora dos muros” das universidades, impactando no desenvolvimento regional e social, no entanto, essa área de estudo também pode ser um campo fértil para as armadilhas contra as/os pesquisadoras/es. É importante trabalhar a temática de enfrentamento de todas as formas de violências na educação básica e superior, como também na sociedade em geral, visando à constituição de sujeitas/os cidadãs/ãos, críticas/os, éticas/os e capazes de resolver conflitos e antagonismos sem o uso de violências. Além disso, essa temática está normatizada no currículo da educação básica, e considerando que estamos vivendo uma onda de discursos de ódio e ataques por parte de alguns grupos de extrema direita, é necessária e urgente a discussão de estratégias de prevenção e de enfrentamento às violências na área da educação. Nessa perspectiva, defendemos que a realização de projetos de extensão nas escolas e nos Centros de Referência da Assistência Social contribuem para disseminação dos dados de pesquisas e essas experiências retroalimentam o nosso campo de estudo e também são importantes subsídios para a elaboração de políticas públicas.

Apenas para exemplificar, citaremos o projeto de extensão e pesquisa realizado de 2021 a 2023, *Enfrentamento de Violências nas Escolas de Santa Catarina: Inovações Educacionais no Contexto da Pandemia/COVID-19* financiado pelo edital de chamada pública FAPESC Nº 12/2020. Esse projeto envolveu em torno de 400 estudantes de educação básica, 60 professores nos municípios da região serrana, 10 mestradas/mestras e mais de 12 bolsistas de iniciação científica. No que se refere às atividades de extensão, foram realizadas nove palestras e três oficinas sobre gênero, educação, sexualidades, direitos humanos e enfrentamento de violências de gênero contra as mulheres e violências educacionais para professoras e estudantes da educação básica durante os anos de 2020 e 2021.

As palestras e oficinas tinham como propósito não apenas fornecer informações teóricas e apresentar dados da pesquisa, mas também promover a reflexão e discussão crítica sobre como essas questões impactam o ambiente educacional. O objetivo principal foi criar um espaço para discutir questões muitas vezes negligenciadas, a fim de desafiar estudantes e professores a refletirem sobre o fenômeno da violência e sua intersecção com gênero no contexto escolar e abordar essas problemáticas em suas práticas pedagógicas. Durante a realização das palestras com professores e estudantes, constatamos uma resistência maior do grupo de professores do que propriamente do grupo de estudantes.

As palestras foram realizadas para estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e para professores. Os estudantes, em geral, demonstraram interesse, curiosidade e participaram das discussões. As professoras, em algumas palestras, enfatizaram a relevância da temática de enfrentamento de violências e, em outros momentos, assumiram uma postura de vigilância do conhecimento.

Constatamos ainda que docentes criticaram a discussão sobre violência doméstica e violências educacionais, que são dois temas que fazem parte da matriz curricular da educação básica. Essa rejeição aponta que as violências que estão presentes no cotidiano escolar são invisibilizadas em vez de trabalhadas na perspectiva da prevenção e do enfrentamento. A discussão ficou ainda mais tensa com a abordagem dos estudos de gênero e sexualidades (por exemplo, um familiar fez uma denúncia criticando o uso da cartilha “Prevenção às violências na escola”, que é um material didático que foi produzido por bolsistas do Ensino Médio e da graduação no Grupo de Pesquisa GECAL. Ele alegou que este material pedagógico seria inadequado porque contemplava o uso da linguagem inclusiva). Em síntese, nos últimos cinco anos, enfrentamos um retrocesso no que se refere à discussão de gênero e violências no campo educacional. Nesse contexto, é importante refletir sobre que tipo de estratégia poderíamos ter em um âmbito de relações conflituosas. Segundo Richard Miskolci (2018), o “fantasma da ‘ideologia de gênero’” tem contribuído para angariar adesão a grupos neoconservadores que criticam e perseguem professores que trabalham com os estudos de gênero.

Que tipo de estratégias esses pesquisadores podem engendrar para se manter na sua área de estudo e atuação? Quais são as políticas públicas que apoiam as pesquisas de gênero e sexualidade na educação? Por que esse campo está sob ameaças? Essa censura à temática e perseguição de professores é decorrente do avanço das políticas e dos ataques neoconservadores realizados pelos movimentos antigênero que objetivam a produção de um pânico moral na sociedade (Miskolci; Campana, 2017). Um exemplo do efeito desse pânico moral é o fato de que, em algumas escolas, antes do início das atividades de extensão, professores foram advertidos pela gestão para evitar o debate de “certos temas” na educação básica. Esses acontecimentos indicam que, em muitas situações, a liberdade

de cátedra é limitada, ao contrário do que é sugerido pela Constituição brasileira (Brasil, 1988).

Os resultados dessas ações extensionistas nos permitem refletir sobre os conceitos de “subjetividades” e “impactos no/do campo”. Subjetividades no sentido de “ser afetada/o”, como uma alternativa para analisar a construção de uma relação com as/os participantes da ação extensionista envolvendo tensão, posicionamento, disputas, afetos e construção de redes de aprendizados. “Refletir sobre as condições subjetivas do campo passou a ser um dos tópicos incorporados sem problemas nos capítulos metodológicos [...]” das pesquisas (Schwade; Grossi, 2018, p. 11), mas quanto à prática extensionista essa reflexão ainda é, em algumas áreas do conhecimento, incomum. Portanto, elencamos que é necessária a reflexão sobre a reverberação das ações de extensão que realizamos. Os impactos da extensão nos alertam sobre os impasses éticos, políticos e sociais das temáticas trabalhadas nos “extramuros” das universidades. Trabalhar, por exemplo, gênero e sexualidade é um desafio no campo da educação, o que sugere a necessidade de políticas públicas específicas para a consolidação dessas áreas do conhecimento.

Entendemos que a realização de projetos de pesquisa e extensão na universidade e nas escolas de educação básica contribuem para a reflexão e para a produção de conhecimentos pertinentes no que se refere aos processos de enfrentamento às violências, às desigualdades sexuais e de gênero e à violação dos direitos humanos, assim como, também, auxiliam na contribuição do campo na construção de políticas públicas para assegurar o acesso à cidadania de todas as pessoas. Em síntese, é premente trabalhar a temática de enfrentamento de todas as formas de violências na educação básica e no ensino superior, especialmente refletindo sobre as interações humanas e as dinâmicas culturais, que podem contribuir significativamente para a compreensão do fenômeno das violências que interferem na saúde mental. Além disso, é importante trabalhar com a rede intersetorial, com as Unidades Básicas de Saúde, os Centros de Referências da Assistência Social e a comunidade local na perspectiva da prevenção e do enfrentamento da violência escolar.

INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO DE ANTROPOLOGIA, COMUNIDADE E SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Um exemplo concreto de articulação entre extensão e vida acadêmica se dá também no campo da relação com serviços de saúde, o qual, nesse caso, perpassa o ensino sobre cidadania diretamente na comunidade e envolve constitutivamente o tripé universitário. No campo da promoção dos direitos, a formação dos cursos da área de saúde tem sido provocada pelas tensões das áreas que compõem a Saúde Coletiva em geral e das

Ciências Sociais em Saúde em particular. Aliado a isso, a construção histórica do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil por diferentes grupos sociais e áreas do conhecimento tem sido colocada de maneira permanente na formação em saúde, de modo a enaltecer a continuidade da politização não apenas do cuidado, mas também do trabalho e das práticas profissionais em saúde (Vieira; Barros, 2018). Isso tudo tem desenvolvido componentes curriculares que proporcionam ultrapassar os muros da universidade. Algo ainda mais evidente devido à missão em formar profissionais voltados primordialmente para atuação no SUS. A disciplina chamada de “Saúde e Cidadania”, ofertada regularmente na UFRN, é um caso notório dessa iniciativa, adicionada a uma articulação interdisciplinar que traga ao estudante uma experiência com a Atenção Básica à Saúde e com seus os processos de territorialização. É central nesse processo tanto a tomada de consciência política sobre os direitos como a reflexividade sobre o papel do futuro profissional. Uma das abordagens que constituem essa disciplina se refere à atuação da antropologia como área capaz de fornecer uma visão crítica acerca da diversidade cultural, dos modos de vida e das dinâmicas sociais que constroem práticas de cuidado, atenção e se relacionam com os serviços de saúde.

A UFRN compreende diferentes cursos da área da saúde na capital e no interior do Rio Grande do Norte que inserem a referida disciplina como atividade obrigatória. No caso particular da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, ela é ofertada para os cursos de Fisioterapia, Enfermagem, Psicologia e Nutrição. Quando discentes chegam ao segundo ou terceiro período, eles são dispostos aleatoriamente em turmas de até 12 vagas, integrando-se de modo a contar com três integrantes de cada curso. Além de dois docentes de cada uma dessas áreas, contamos com uma socióloga e um antropólogo, todos(as) subdivididos(as) em duplas. Uma das orientações dessa organização está na interdisciplinaridade discente e docente e, mais recentemente, envolve um debate em torno da interprofissionalidade. Nesse contexto, cada dupla ainda se dedica a um bairro e UBS distintos da cidade de Santa Cruz, sede da UFRN na região semiárida do Trairi. A despeito da autonomia de cada um, a disciplina tem sido pensada de modo coletivo, atendendo à prerrogativa de introduzir estudantes em discussões sobre consciência política, democracia e SUS, tanto relativa aos direitos humanos em geral como à saúde em particular.

A primeira ida à comunidade se dá com uma caminhada guiada por um morador local. A dupla de docentes e o grupo de discentes escutam e questionam o guia sobre a história da ocupação do bairro e da vida local em termos socioeconômicos e quanto ao acesso às políticas sociais. Ao perambularmos (como gostam de pontuar alguns professores) pelo bairro, Fernando, um morador local, contou-nos sobre as mudanças recentes que ali aconteceram, como a construção de um dique para evitar que o açude do bairro pudesse transbordar e alagar casas e outros imóveis. Isso porque, na década de 1980, a região foi quase toda destruída por uma enchente.

Essa história é uma constante nas nossas visitas ao bairro, ela demonstra resiliência da população e, até mesmo, a permanência das desigualdades sociais porque, sob o ponto de vista de muitos moradores, eles e elas não se sentem protegidos de novas catástrofes. Apesar da presença da UFRN e do IFRN na região ter transformado a cidade e o próprio bairro com maior desenvolvimento econômico, os próprios moradores continuam a sofrer com esgoto a céu aberto. Nesse sentido, as nossas visitas sempre buscam desenvolver a criticidade entre discentes em diálogo com moradores e profissionais de saúde que atendem no local.

Essas caminhadas pelo bairro antecedem visitas aos serviços de saúde, centros de referência em serviço social, escolas, feiras, entre outros contextos de aglutinação comunitária. Com isso, discentes são orientados a construir mapas para territorializar essa região, de modo tanto a produzir um mapa com localização de instituições como uma reflexão crítica sobre a vida social do bairro. A ideia, portanto, é que seja possível gerar um diálogo verdadeiramente formativo aos futuros profissionais de saúde, abandonando posturas que reduzam a vida das pessoas a uma caracterização epidemiológica de estatísticas de doenças e de problemas ambientais. Embora isso possa entrar na descrição daquele território, não pode ser o foco principal da compreensão de como os próprios moradores constroem suas vidas.

Nesse sentido, o que significa ter a antropologia na formação de futuros trabalhadores do SUS, principalmente quando consideramos o sistema de saúde como uma grande política pública e a saúde como direito? Esse lugar está realmente sintetizado na nossa capacidade antropológica de oferecer uma perspectiva sobre a diversidade ou a dimensão social da vida humana? Pode-se perceber que o contato da universidade com a comunidade e com os sistemas de saúde e de assistência social do Estado brasileiro produzem uma relação frutífera para que os discentes possam refletir e observar moralismos e preconceitos que pudessem elaborar. E, com isso, leva-se também docentes e profissionais atuantes na região a pensar sobre suas práticas a partir dos desafios que tal diálogo proporciona de maneira conjunta. Nesse sentido, a antropologia pode contribuir significativamente para o debate público da cidadania e para a formação de políticas públicas, uma vez que se alicerça inicialmente com a pesquisa aprofundada da realidade nacional, regional e local. Esse é o caso, também, das problemáticas envolvendo a saúde reprodutiva e os direitos associados no cenário do qual é possível entrever o papel da disciplina em compreender e ajudar a traçar caminhos com base nas dimensões culturais, políticas e sociais da vida coletiva.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OS DIREITOS REPRODUTIVOS DAS MULHERES E MENINAS

Na sequência, expomos nossas experiências técnico/extensionistas como representantes da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na ação apresentada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ao Supremo Tribunal Federal (STF), discutida no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 442). Tal ação diz respeito, sobretudo, à defesa da saúde e dos direitos reprodutivos das mulheres e meninas. Nesse plano, demos destaque aos aspectos preponderantes da ação que está ligada aos resultados de nossas pesquisas antropológicas desenvolvidas há mais de 20 anos no campo da saúde, do gênero e dos direitos reprodutivos.

No ano de 2018, o STF realizou essa audiência envolvendo diferentes organizações da sociedade civil que apresentaram argumentos favoráveis e contrários à descriminalização do aborto até as 12 semanas de gestação. A ação teve por objetivo auxiliar os 11 ministros da Suprema Corte a formarem sua convicção para analisar a ação ajuizada no ano de 2017 pelo PSOL e pela ANIS - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Tal ação solicitou ao STF a exclusão do CPB dos artigos 124 e 126, que definem como crime a interrupção da gravidez tanto para a mulher quanto para quem a ajuda a abortar. Segundo o PSOL, sua proibição afrontaria preceitos fundamentais da Constituição Federal, tais como o direito das mulheres à vida, à dignidade, a cidadania, à não discriminação, à liberdade, à igualdade, à saúde e ao planejamento familiar. Assim sendo, a ADPF provocou o sistema Judiciário a dar uma resposta sobre a questão do aborto, alegando que a criminalização da prática (aplicação do código penal de 1940) fere a Constituição, ou seja, descumpre preceitos constitucionais fundamentais.

Nesse contexto, o memorial foi escrito¹³ a pedido da ABA para que a Associação pudesse concorrer à participação como *amicus curiae*¹⁴ durante o julgamento da ADPF 442. De acordo com os procedimentos, a ABA enviou o memorial confeccionado contendo uma versão plural sobre os argumentos solicitados pelo STF. O pedido foi, então, deferido junto a pelo menos 52 solicitações compostas por organizações de áreas da saúde e direitos humanos, entidades religiosas, civis e outros estudiosos do assunto. Aconteceram aproximadamente 57 exposições, mas foram 52 entidades representadas, posto que algumas contaram com mais de uma pessoa. Notadamente, 36 organizações expositoras foram favoráveis à descriminalização, 13 foram contra e houve dois indefinidos, lembrando que embora a ex-ministra Rosa Weber tenha emitido voto favorável em outubro de 2023 – cinco anos após a audiência no STF – ainda não há data marcada para o julgamento final do caso. Conforme observam Luna e Porto (2023, p. 157)¹⁵:

Essa maioria, sem dúvida, foi publicamente questionada por setores conservadores que usam esse fato para argumentar que as audiências e uma possível decisão favorável do STF seriam fruto de ativismo jurídico e usurpação de poder legislativo pelo judiciário. Contudo, foi aberta ao público em geral a seleção de instituições capacitadas a participar, que seguia alguns critérios como os já anteriormente citados, sobre a apresentação de um memorial, por exemplo.

Tal resultado, segundo as autoras, deve-se ao desenvolvimento e consolidação de um campo de estudo, pesquisa e ativismo ligados ao tema do aborto. Observa-se que todas as instituições tiveram que se apoiar em algum tipo de argumento para defesa ou não da descriminalização do aborto até as 12 semanas. Como representantes da ABA, destacamos em nosso argumento a maneira pela qual a criminalização do aborto produz e reforça o estigma contra as mulheres. Sem dúvidas, o momento foi importante para demonstrar como o direito e a cultura se encontram e, especialmente, como a lei pode reproduzir padrões culturais opressivos a determinados grupos sociais. Com forte impacto nacional e internacional, observamos que o tema transborda o campo moral individual, demonstrando que, em todas as esferas da vida social – jurídicas, médicas, morais, éticas e religiosas –, é assunto de extrema relevância social para os direitos humanos e reprodutivos das mulheres. Tentamos demonstrar, ainda, que a criminalização do aborto afeta diretamente políticas públicas de atendimento à mulher e gera desigualdades em diversas esferas e níveis (Porto, 2017; Porto; Souza, 2017; Porto; Galvão, 2022).

Sem dúvidas, foi muito importante a participação da sociedade civil nesse processo, assim como a nossa participação nessa ação técnico/extensionista, como representantes da ABA na construção de um argumento a ser apresentado à Suprema Corte, a partir de nossas pesquisas. Como já foi argumentado em outro momento (Luna; Porto, 2023), há anos investigamos as dolorosas experiências sociais e dramáticas de mulheres que, pelas mais diversas razões, recorreram e recorrem ao aborto legal ou inseguro. Do mesmo modo, chamamos atenção para a importância de uma antropologia extensionista, em um debate que se remete a diferentes configurações do exercício profissional e do impacto original do nosso *métier* no mundo contemporâneo, realizada, de maneira científica, engajada e posicionada na instrumentalização dessa disciplina.

Nossa participação nessa ação do STF junto à ABA, elaborada a partir da capilaridade de pesquisas científicas e engajadas junto ao ensino da antropologia feminista, do gênero, da saúde e dos direitos reprodutivos, promoveu impacto social no âmbito do desenvolvimento disciplinar/educacional e extensionista, refletindo-se em discussões teórico-metodológicas em cursos da graduação e da pós-graduação, na apresentação do tema em eventos nacionais e internacionais e/ou também em oficinas realizadas em diferentes centros de saúde e ensino, sobre um assunto bastante polêmico no campo das ciências. O relatório apresentado

ao STF, intitulado “O Aborto Como Fato Presente na Vida Reprodutiva das Mulheres Brasileiras”, teve impacto pelo diálogo promovido entre a academia e a sociedade civil, promovendo interdisciplinaridade junto a outros saberes na tentativa de garantir direitos humanos e fundamentais para as mulheres e meninas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com este trabalho refletir sobre a importância da extensão para a vida acadêmica e para o papel cidadão da universidade. Vimos, por meio da exposição descritiva e analítica de 4 experiências extensionistas, como o contato com a comunidade exterior possibilita não apenas uma transformação da sociedade, mas também uma mudança no nosso modo de ensinar e pesquisar. Não se trata apenas de aumentar as temáticas pesquisadas ou aumentar atividades práticas. A importância da extensão não está centralizada aí, e sim na sua capacidade de trazer mudanças e reflexões para nossas formas de pensar sobre o mundo, o nosso trabalho e quão podemos contribuir para uma democracia na qual todos e todas possam, realmente, desenvolver-se plenamente.

Com a experiência antropológica, somos levadas e levados a não apenas aprender sobre o outro, mas a permitir que nossa subjetividade seja modificada com esse contato, ou melhor, com essa relação. Se na pesquisa de campo a alteridade é desejada e condição à realização da antropologia, a atuação de uma extensão acadêmica constrói sua força a partir da relação entre antropologia e os feminismos interseccionais que buscam o rigor científico para compreender o mundo social e para contribuir para mudar as desigualdades que criam mundos diferentes. Assim, a relação entre serviço de saúde e universidade, a afirmação étnica por meio de recurso audiovisual, como a produção filmica engajada, a formação em gênero e sexualidade no âmbito da educação básica e a atuação no campo dos direitos reprodutivos diante do Supremo Tribunal Federal ligam-se como agendas de pesquisa, de extensão, de ensino em prol de transformarem-se como políticas públicas que dinamizam o acesso aos direitos humanos.

Nesse sentido, as análises sobre as diferentes práticas extensionistas interdisciplinares desenvolvidas pelas pesquisadoras/es da rede NIGS nos possibilitam conceituar a “extensão niguiana” como uma atividade que promove o desenvolvimento do ensino e da pesquisa de forma articulada, interdisciplinar, interseccional, feminista, entrelaçando afetos, cooperação e construção coletiva de conhecimentos e saberes. Com isso, a cidadania se situa no centro da reflexividade entre sujeitos e dos direitos humanos, capilarizando o ensino e a pesquisa na construção de políticas públicas para assegurar o acesso à cidadania. Constatamos, assim, que as atividades de extensão, ensino e pesquisa são indissociáveis e fundamentais na formação acadêmica e, especialmente, para a construção de uma universidade

socialmente relevante que possa contribuir na redução das injustiças e das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BONETTI, A. O modo NIGS de saber-fazer: antropologia feminista no Sul do Brasil. *In*: GROSSI, M. P.; SILVA, S. L.; COSTA, P. R. M. (org.). **Tecendo redes em Antropologia feminista e estudos de gênero: 30 anos do NIGS/UFSC**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2022. p. 281-293.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 576/2023**. Revisão da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/extensao-na-educacao-superior-brasileira>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 608/2018**. Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/extensao-na-educacao-superior-brasileira>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/extensao-na-educacao-superior-brasileira>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Audiência Pública. Interrupção **Voluntária da Gravidez**. Relatora: Min. Rosa Weber, 3 ago. 2018. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/TranscrioInterrupovoluntriadagravidez.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRETTAS, A. P.; FROTA, M. G. C. O registro do congado como instrumento de preservação do patrimônio mineiro: novas possibilidades. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, [s. l.], v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/138>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FELDMAN-BIANCO, B. Entre a ciência e a política: desafios atuais da antropologia. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Desafios da Antropologia Brasileira**. Brasília, DF: ABA, 2013. p. 19-46.

FIGUEREDO, Estephanie. O que é a ADPF? **Jusbrasil**, c2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-adpf/1401355870>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GROSSI, M. P. Tecendo redes e construindo o campo da antropologia feminista e dos estudos de gênero no Brasil e no mundo. In: GROSSI, M. P.; SILVA, S. L.; COSTA, P. R. M. (org.). **Tecendo redes em Antropologia feminista e estudos de gênero: 30 anos do NIGS/UFSC**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2022. p. 9-28.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 10 dez. 2024.

LUNA, N. L. A.; PORTO, R. Aborto, valores religiosos e políticas públicas: a controvérsia sobre a interrupção voluntária da gravidez na audiência pública da ADPF 442 no Supremo Tribunal Federal. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 151-180, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/nSmTnvT4gTNKWK7LdCJGbQs/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 53, p. e185302, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzvD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MORAIS, I. F.; MEDEIROS, S. M. PET-Saúde interprofissionalidade: contribuições, barreiras e sustentabilidade da Educação Interprofissional. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s. l.], v. 27, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/gHTk5vdM5k9FY3fHYhsVQPn/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MOUFFE, C. **Por uma política da identidade nômade**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.

OLIVEIRA, L. M. de; OLIVEIRA, M. J. **Ô Virgem do Rosário, nós viemos te buscar: o ciclo ritual do congo na festa da Santa em Airões**. 2017. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

OLIVEIRA, L. M.; OLIVEIRA, M. J. Senhora do Rosário, esta banda é sua. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 206-221, 2018.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/143916>. Acesso em: 11 dez. 2024.

OS AMIGOS da corte: requisitos para admissão, funções e limites, segundo a jurisprudência do STJ. **STJ**, [2021]. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/22082021-Os-amigos-da-corte-requisitos-para-admissao--funcoes-e-limites--segundo-a-jurisprudencia-do-STJ.aspx>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PORTO, R. Entremeando relações de poder: itinerários abortivos e os/as diferentes mediadores/as em saúde. *In*: VALLE, C. G. O.; NEVES, R. C. M.; TEIXEIRA, C. C. (org.). **Antropologia e mediadores no campo das políticas de saúde**. Brasília, DF: ABA Publicações, 2017. p. 277-308.

PORTO, R. M.; GALVÃO, F. D. Itinerários abortivos e terapeutas populares: gênero, temporalidades e saberes localizados. **AntHropológica**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 170-199, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/253309>. Acesso em: 10 dez. 2024.

PORTO, R. M.; SOUSA, C. H. D. “Percorrendo caminhos da angústia”: itinerários abortivos em uma capital nordestina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 1-20, 2017.

SCHWADE, E.; GROSSI, M. P. Trabalho de campo e subjetividade: recuperando itinerários de trabalho. *In*: GROSSI, M. P. *et al.* **Trabalho de Campo, ética e subjetividade**. Florianópolis: Copiart; Tribo da Ilha, 2018. p. 9-18.

VELHO, G. Memória, identidade e projeto. *In*: VIANNA, H.; KUSCHNIR, C.; CASTRO, C. (org.). **Gilberto Velho: um antropólogo na cidade**. Ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 97-113.

VIEIRA, F. C.; BARROS, T. V. Antropólogos/as e etnografias diante de processos de adoecimento e medicalização no Brasil - por uma reflexão prática em defesa do SUS. **Revista Equatorial**, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 8-23, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/14882>. Acesso em: 11 dez. 2024.

VIGOYA, M. V. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, [s. l.], v. 52, p. 1-17, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0188947816300603>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NOTAS

- ¹ A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação

- permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).
- 2 A produção deste artigo é fruto do “Workshop atividades e experiências de extensão” organizado pelo Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS-UFSC), no âmbito do projeto de pesquisa Políticas e Experiências de Equidade, Formação e Inclusão: uma etnografia sobre práticas de gestão, ensino, orientação e extensão em universidades públicas brasileira, realizado nos dias 6 a 11 de agosto de 2023.
 - 3 Nota sobre os registros de campo do evento, em agosto de 2023.
 - 4 Uma das dinâmicas do encontro foi a de dar nomes criativos às equipes de trabalho, e como o tema principal do encontro era a Extensão, envolvendo nossas ações acadêmicas para além dos muros das IES que atuamos, decidimos, de forma lúdica, denominar nosso grupo com a inversão literal da palavra extramuros.
 - 5 Projeto de Extensão aprovado em edital PROEXT 2012 e 2013; Projetos de pesquisa aprovados no edital CNPq 2011 e PIBIC–Af CNPq 2019.
 - 6 Projetos de pesquisa aprovados em Edital PIBIC/CNPq 2022 e 2023.
 - 7 MARINHO, Wanessa. **Soldados de Maria**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0EJ1fQWr-zM&t=461s>. Acesso em: 07 de setembro de 2024.
 - 8 OLIVEIRA, Marcelo. **Mumbuca**. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=71WEvV8s46k>. Acesso em: 07 de setembro de 2024.
 - 9 Estas reflexões também se relacionam com o projeto de pesquisa *Economias terapêuticas e adoecimentos de longa duração: cultura, corporalidades, clínica e políticas de saúde no continuum rural-urbano em Santa Cruz/RN e região* e com o projeto de ensino *Ensino de Antropologia, sistemas de saúde e a educação da atenção: para ir além da competência cultural na formação antropológica de profissionais de saúde*, ambos desenvolvidos na UFRN a partir da coordenação de Francisco Cleiton Vieira.
 - 10 A existência de tensões entre áreas do conhecimento que compõem os estudos de saúde no Brasil já foi apontada por diferentes pesquisas e autorias (cf. RUSSO e CARRARA, 2015). Elas se referem, basicamente, a tensões em torno da importância de cada área para definição da Saúde Coletiva, da emergência das características que formam a saúde, bem como quanto à tradução dessas questões para o currículo oficial de formação universitária e para as políticas públicas.
 - 11 Em linhas gerais, a ideia de interprofissionalidade se refere a uma articulação de diferentes competências por profissionais de áreas distintas que trabalham com um objetivo comum (cf. Moraes e Medeiros, 2023).
 - 12 A ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) é uma ação de controle concentrado de constitucionalidade trazida pela Constituição Federal de 1988. A ação tem como finalidade o combate a atos desrespeitosos aos chamados preceitos fundamentais da Constituição (<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-adpf/1401355870>).
 - 13 Por Rozeli Maria Porto. A autora tem realizado pesquisas sobre saúde reprodutiva e aborto, no âmbito nacional e internacional, com financiamento de agências como Fundação Ford, SPM, CAPES e CNPq.
 - 14 *Amicus curiae* (no plural, *amici curiae*) é uma expressão latina que

significa "amigo da corte" e indica pessoa, entidade ou órgão com interesse na questão, que tem conhecimentos sobre o tema e colabora com o tribunal fornecendo subsídios para o julgamento (<https://www.stj.jus.br>).

¹⁵ Para maiores detalhes sobre essa Audiência Pública, ver Luna e Porto, 2023.

¹⁶ Junto à Lia Zanotta Machado (UnB), Rozeli Porto (UFRN) esteve como expositora dessa audiência pública promovida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Rozeli Maria Porto

rozeli.porto@ufrn.br

Professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN. Doutora em Antropologia Social pela UFSC. Estágio Pós-Doutoral pela Universidade de Sevilla, Espanha. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5318-1931>

Francisco Cleiton Vieira

cleiton.vieira@ufrn.br

Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi da UFRN. Doutor em Antropologia Social pela UFRN. Estágio Pós-Doutoral pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do CNPq (Chamada Universal 2024).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8852-6212>

Mareli Eliane Graupe

prof.mareli@uniplaclages.edu.br

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac). Doutora em Educação e Cultura pela Universidade de Osnabrueck, Alemanha. Estágio Pós-Doutoral pela UFSC.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1376-7836>

Marcelo José Oliveira

oliveiramarcelo389@gmail.com

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, MG. Doutor em Antropologia Social pela UFSC. Estágios Pós-doutorais pela Universidade de Lisboa e pela Universidad Complutense de Madrid.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9492-1627>